



A Santa Sé

PEREGRINAÇÃO APOSTÓLICA DO SANTO PADRE
À ÁSIA ORIENTAL OCEANIA E AUSTRÁLIA
(25 DE NOVEMBRO A 5 DE DEZEMBRO DE 1970)

DISCURSO DO PAPA PAULO VI
AOS PARTICIPANTES DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA
DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS DA AUSTRÁLIA,
NOVA ZELÂNDIA, PAPUÁSIA-NOVA GUINÉ
E ILHAS SALOMÃO

Terça-feira, 1º de Dezembro de 1970

Vimos até vós não só para vos falar, mas também e, especialmente, para vos ouvir. E já vos temos ouvido de bom grado seguindo com grande atenção as conclusões da vossa Assembleia. Será para Nós agradável e até necessário recordar as vossas exposições e reflectir sobre as vossas discussões e deliberações, porque estamos certo que os frutos da vossa experiência e da vossa sabedoria são um tesouro para Nós e para a Igreja inteira, tanto no que se refere à doutrina como no que diz respeito ao governo pastoral da mesma Igreja. Abstemo-Nos, portanto, neste momento, de fazer comentários aos temas tratados por vós, nesta reunião.

No entanto, não gostaríamos de Nos privar do prazer e, menos ainda, do dever de vos dirigir, numa ocasião tão singular e propícia como esta, uma palavra fraterna, retomando, mais uma vez, o tema: unidade na Igreja e unidade da Igreja.

Este encontro já é, de per si, uma celebração desta nota externa e distintiva da Igreja de Cristo, e da propriedade interna e misteriosa dessa mesma Igreja, que Ele, com toda a evidência e com a manifestação suprema da sua vontade, fundou na unidade: *ut sint unum* (Jo 17, 11-21-22-23).

Reflectamos, juntos, por um momento, sobre a unidade da Igreja. Será bom, antes de tudo, considerarmos que a teologia se tem interessado muito por este tema, no decurso dos séculos.

Podemos começar recordando as inesquecíveis e proféticas palavras da *Didaché* (cfr. IX, 4; X, 5); depois tomemos as cartas de S. Inácio de Antioquia (cfr. *Philad* 4; *Eph* XX, 2; *Smyr* 1, 2, etc.), o tratado de S. Cipriano *De Catholicae Ecclesiae Unitate*, os ensinamentos de S. Ambrósio (cfr. *Ep* 11, 4, em: *PL* 16, 986), de S. Agostinho ou de S. Leão; lembremos, em seguida, os grandes Teólogos medievais (S. Tomás, cfr. S. Th. III, 8), e os do Renascimento (*Caietano, Bellarmino, Suarez...*), até chegar aos modernos (*J. Adam Moehler* especialmente, *Newman, Scheeben, Perrone, Clérissac, Congar, Hamer e Joumet* na sua grande síntese sobre *L'Eglise du Verbe Incarné...*); e, por fim, lancemos um olhar rápido aos Teólogos pós-conciliares (entre muitos outros, por exemplo, Philips). E, nesta visão retrospectiva, não esqueçamos a grande Encíclica *Mystici Corporis*, de Pio XII. Além disso, tenhamos sempre presentes os documentos conciliares, de modo particular as duas Constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, que exprimem, de um modo incomparável, a consciência doutrinal que a Igreja tem de si própria e da sua posição histórica e concreta no mundo contemporâneo.

Quisemos recordar-vos este grande facto cultural da Igreja contemporânea, por causa da sua importância fundamental na vida eclesial e da obrigação que daí deriva, para nós, Bispos, que somos testemunhas da fé e os Pastores do Povo de Deus, de assumirmos uma posição segura no campo da doutrina sobre a mesma Igreja e, muito especialmente, no que se refere à sua unidade. Esta unidade deve iluminar a face da Igreja com a luz divina que lhe é própria e marcá-la com o sinal da sua autenticidade e daquele cunho simbólico de exemplo, mesmo para o mundo contemporâneo, orientado para uma certa unificação temporal, numa civilização pacífica.

Compete a vós, Veneráveis Irmãos, acolher a óbvia recomendação que vos fazemos, para aprofundardes um estudo tão atraente, vasto e complexo, sobre a nossa amadíssima Igreja Católica, pela qual Cristo derramou o próprio sangue (cfr. *Ef* 5, 25).

Da Nossa parte, limitar-Nos-emos, neste momento, a mencionar brevemente dois aspectos desta íntima comunhão da Igreja, dentro de si mesma.

O primeiro aspecto desta comunhão, desta unidade, é o da fé. A unidade na fé é necessária e fundamental, como sabeis. No que se refere a esta exigência não podemos transigir. Por mais diferentes que sejam as condições subjectivas do fiel, não podemos admitir a incerteza, a dúvida ou o equivoco, no que diz respeito ao dom supremo que a Revelação nos fez, sobre Deus Pai Omnipotente, Criador de todas as coisas, Princípio imanente de tudo o que existe, Ser transcendente e inefável, digno de adoração e de amor sem limites, da parte de todos nós, que tivemos a indescritível ventura de ser elevados do grau de simples criaturas ao de filhos. Do mesmo modo, não podemos hesitar em reconhecer em Jesus Cristo o Verbo feito homem, o Mestre das supremas verdades acerca dos destinos humanos, o Salvador da humanidade, sacrificado e ressuscitado, que concentra em Si toda a realidade (cfr. *Ef* 1, 10); que, mediante a Sua Cruz, atrai a Si a humanidade inteira (cfr. *Jo* 12, 32) e faz dos fiéis o Seu único Corpo Místico (cfr. *Ef* 4, 5). Também não podemos duvidar do Espírito Santo, que vivifica e dá testemunho de Si

mesmo, no íntimo dos nossos corações (cfr. *Jo* 15, 26; 16, 16; *Rom* 8, 16, etc.), e que oferece à Igreja ministros qualificados, para darem o testemunho decisivo das verdades religiosas (cfr. *2 Cor* 10, 5-6).

Não podemos prescindir, igualmente, do grandioso facto, que emana de Cristo: a Sua continuação, o Seu Corpo social e histórico, visível e místico, a Sua Igreja, sinal e instrumento de salvação da humanidade, nem esquecer as lapidares palavras de S. Agostinho, a este mesmo propósito: «Nada o Cristão deve temer tanto, como o vir a ser separado de Cristo» (*In Jo Tr* 27, 6, em: *PL* 35, 1618).

Numa palavra, o «Credo», o nosso «Credo» é para nós uma verdade inalienável, é a nossa riqueza e a nossa vida.

E com esta segurança, para a confirmação da qual Nos foi dado, na Nossa qualidade de humilde, mas autêntico sucessor de Pedro, especial poder, por Cristo Senhor (cfr. *Lc* 22, 32), encaramos a realidade humana do Catolicismo, que, pela sua própria definição, foi feito para todos, para todos os povos, para todas as nações e para toda a terra.

Como poderá então o Catolicismo, tão firme e tão cioso da sua unidade, abraçar todos os homens, tão diversificados entre si? Exige ele, porventura, a uniformidade absoluta, em todas as manifestações da vida? Existirá, acaso, um único modo prático e histórico de interpretar a verdadeira e única fé de Cristo?

Sabeis, Irmãos, como a resposta a estas perturbadoras interrogações é fácil e clara. Deu-a o mesmo Espírito Santo, no dia de Pentecostes, quando os que tinham recebido a efusão do Vento e do Fogo divino, ordenada pelo Cristo celeste, falavam como se estivessem inebriados, e eram compreendidos pelos ouvintes na sua própria língua (cfr. *Act* 2, 6), embora estes proviessem de diversas estirpes. Esta mesma resposta foi dada, depois, pelo recente Concílio Ecuménico, ampla e repetidamente, de modo especial, no já famoso Decreto *Ad Gentes*, que apresenta a unidade própria do Catolicismo em harmonia com a sua apostolicidade, a qual, por sua vez, não só não sufoca tudo o que existe de bom e de original em cada uma das formas da cultura humana, mas acolhe, respeita e valoriza as características de cada Povo, revestindo, assim, de variedade e de beleza, a única veste inconsútil (*Jo* 19, 23) da Igreja de Cristo (cfr. *Sl* 44, 10; *Ad Gentes*, n. 22, etc.).

Pode-se dizer, portanto, que é admitido um « pluralismo?». Sim. É preciso, porém que se entenda bem o significado e o alcance desta palavra. Este pluralismo não deve, de maneira nenhuma, contradizer a unidade substancial do Cristianismo (cfr. *Ef* 4, 3-6). Conheceis certos perigos que se escondem no pluralismo, quando este não se limita às formas contingentes da vida religiosa, mas presume que são também autorizadas interpretações individuais e arbitrárias do dogma católico, ou, por outras palavras, quando ele pretende erigir em critério de verdade a mentalidade popular,

ou prescindir, no estudo teológico, da Tradição autêntica e do Magistério responsável da Igreja.

O segundo aspecto da comunhão católica é o da caridade. Conheceis a importância soberana que tem a caridade, no conjunto de todo o plano divino da religião católica, e a característica que a mesma caridade tem, de ser o ponto de convergência, no tecido conectivo da unidade eclesial. Devemos praticar uma caridade mais consciente e operosa, nos campos eclesiais que o recente Concílio tão bem indicou: o Povo de Deus tem de ser educado, cada vez mais, para o amor mútuo de cada um dos seus membros; e a inteira comunidade da Igreja deve sentir-se, mediante a caridade, unida em si mesma, indivisa, solidária e, por isso mesmo, distinta (cfr. *1 Cor* 1, 10; 12, 25-26); as relações hierárquicas e, como todos sabem, também as relações colegiais das diversas funções ministeriais, bem como as sociais e as domésticas, devem ser continuamente percorridas por uma corrente sempre operante de caridade, a qual tem como seus efeitos imediatos o serviço (quer dizer, o sacrifício e o dom de si mesmo) e a unidade.

A Igreja, por conseguinte, é caridade; a Igreja é unidade.

Esta, como Nos parece, é a virtude principal exigida da Igreja católica, nesta época em que vivemos, tão agitada espiritualmente, ao ponto de insinuar o receio de grandes e ruinosas mudanças. A Igreja permanecerá sólida e forte, enquanto estiver intimamente unida na fé e na caridade. Muitas pessoas perguntam: que deve fazer a Igreja para aproximar de si o mundo, hostil e incrédulo? Segundo as palavras de Jesus, a unidade na fé e no amor será o testemunho que há-de ter uma acção salutar no mundo (cfr. *Jo* 17, 21).

Éesta, Veneráveis Irmãos, a mensagem que Nós, em nome de Cristo, vos queremos deixar, como recordação deste encontro: *ut omnes unum sint*. E, com ela, damo-vos a Nossa fraterna Bênção Apostólica.